



REMANESCENTES INDÍGENAS NO PLANALTO SERRANO¹

Suelen de Andrade²

Nanci Alves da Rosa³

RESUMO: O presente artigo refere-se ao projeto de pesquisa Remanescentes Indígenas no Planalto Serrano, proposto pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros Negro e Educação (NEAB/UNIPLAC), desenvolvido no período de abril a novembro de 2017. Teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica a respeito da história e cultura dos indígenas catarinenses, especificamente aqueles que habitavam o Planalto Serrano. As etnias pesquisadas são Xoclangs e Kaigangs, que juntamente com os Guaranis forjaram as primeiras comunidades humanas na Serra Catarinense. Este trabalho de pesquisa busca compreender como se deu a limpeza étnica promovida pelos bugreiros neste território em expansão, que na busca de modernização expulsou e dizimou muitos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas - Planalto Serrano - Bugres - História.

INDIGENOUS REMANESCENTS IN THE SERRANO PLANTATION

ABSTRACT: This article refers to the Indigenous Remnants project in the Planalto Serrano, proposed by the Black and Afro-Brazilian Studies Center (NEAB / UNIPLAC), developed from April to November 2017. It aimed to carry out a bibliographical research about the history and culture of the indigenous people of Santa Catarina, specifically those that inhabited the Serrano Plateau. The ethnicities surveyed are Xoclangs and Kaigangs, who together with the Guaranis forged the first human communities in the Serra Catarinense. This research seeks to understand how the ethnic cleansing promoted by the bugreiros in this expanding territory, which in the search for modernization expelled and decimated many indigenous people.

KEYWORDS: Indigenous people - Planalto Serrano - Bugres - History.

Compõe o Planalto Serrano em Santa Catarina, aqui compreendido pela organização geopolítica, os municípios de Lages, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro,

¹ Esta pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros Negro e Educação – UNIPLAC. Contou com a colaboração da professora Mestra Kátia Marlowa Pessoa, docente de Literatura, Teoria Literária e Cultura Brasileira na UNIPLAC; e de Carolina CorbelliniRovaris, historiadora, professora da educação básica e pesquisadora voluntária do NEAB/NEU.

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. E-mail sulenk_andrade@hotmail.com

³ Mestra em Educação pelo PPGE da UNIPLAC, Professora de Artes da Rede Estadual de Lages e Coordenadora do Núcleo de Pesquisas Afro-brasileiro da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São José do Cerrito, São Joaquim, Urubici e Urupema. Com destaque para Lages, território que assume a cultura gaúcha e foi historicamente, passagem de tropeiros que seguiam de Viamão, no Rio Grande do Sul para São Paulo. De acordo com o livro *O Povo Serrano*: tema de Palestras, Luiz Antônio Alves (2002, p. 27) comenta:

Resumidamente, o Povo Serrano, segundo esta pesquisa genealógica, é originário, numa primeira fase, no Brasil, de raízes paulistas (Sorocaba, Itu, Itapetininga, Taubaté, Mogi das Cruzes e São Paulo de Piratininga), paranaense (Castro, Lapa, Curitiba, Paranaguá), indígenas e africanas. Posteriormente, vieram os patrulhenses que já contavam com ancestrais açorianos, paulistas, paranaenses, lagunenses, da ilha de Santa Catarina e até mesmo dos campos de Lages. Significativamente, em número, muitas famílias oriundas de Viamão e Gravataí subiram a serra. (...)

Em relação aos ancestrais indígenas, quais influências promoveram, porque desapareceram, ou onde vivem atualmente, encontramos nas Diretrizes da Diocese de Lages a afirmação seguinte:

Há 4 mil anos, os índios Kaingangs, Xoklengs, Guaranis e Carijós habitavam esta região da América do Sul. As grutas das montanhas de Urubici, a Serra do corvo Branco e do Rio do Rastro, os sítios arqueológicos em Anita Garibaldi e Celso Ramos, são documentos históricos da presença destas culturas. No ano de 2004 foi encontrado no sítio arqueológico de Celso Ramos resquício em cerâmica considerado pelo exame científico do “carbono 14”, o mais antigo das Américas, datado como sendo de 2.860 a.C. (DIRETRIZES DA AÇÃO EVANGELIZADORA, 2015, p. 12)

Apesar de serem os verdadeiros donos da terra, no país inteiro seus direitos foram sucumbidos pelo colonizador. Segundo Souza (2012, p. 19):

(...) Os vícios do racismo e do preconceito perduram quase intactos no cotidiano nacional. O maior prejuízo sofrido é a perda de autonomia territorial para quase todas as comunidades autóctones, situação agravada no Sul do Brasil, onde elas sobrevivem quase que só em pequenas ilhas tradicionais cercadas pelo latifúndio, propriedades privadas e áreas urbanas por todos os lados. (...)

A situação descrita acima se repete devido à exploração agrária, a extração da madeira e criação de gado, no Planalto Catarinense, enquanto as vilas se tornavam cidades. O mesmo autor complementa, “Durante os primeiros séculos da história do Brasil, a identidade nacional foi construída a partir de corte abrupto com a realidade indígena do continente”. (...) (SOUZA, 2012, p. 22). A história brasileira declara que a força dominante do colonizador branco, além de desrespeitar os territórios e cultura dos nativos, continua excluindo sua importância quando um professor deixa de tratar deste assunto por não ter aluno indígena na classe. Os não indígenas deveriam ter acesso à trajetória de lutas das minorias

étnicas em diferentes níveis escolares para redução do preconceito. A obrigatoriedade legitimada em lei já existe, mas cabe a cada profissional colocá-la em prática.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros “Negro e Educação” desenvolve projetos de extensão e pesquisas sobre a educação e a memória do povo negro e indígena na Região Serrana Catarinense. Com a perspectiva de construir referenciais teórico-metodológicos que possibilitem aos/as educadores/as e demais interessados pela temática a ampliação e o aprofundamento da história das relações étnico-raciais na sociedade brasileira e suas implicações no processo educacional.

Partindo do pressuposto do pouco conhecimento sobre os ancestrais indígenas no Planalto Serrano, este núcleo de pesquisa levantou dados bibliográficos, sobre as origens dos indígenas locais. Os estudos desta pesquisa apontam registros sobre artefatos arqueológicos dos Xoklengs e Kaingangs, que são os povos indígenas habitantes de Santa Catarina. Estas etnias preconizaram a história do povo indígena na Serra Catarinense, deixaram rastros culturais provenientes da riqueza humana e artística representada por estes povos. Conhecer sua história significa minimizar o preconceito resultante da falta de informação. Pois existem pessoas que insistem em ver a etnia indígena generalizada e inferior, conforme as afirmações de Souza (2012, p. 26):

(...) Os índios foram inicialmente classificados como animais (bestas) e um grande debate intelectual ocorreu até que fossem declarados verdadeiros homens a partir de 1537, pela bula do Papa Paulo III. Depois disso e mesmo assim, entretanto, não foram considerados homens plenos, porque eram entendidos como selvagens naturais. No geral passaram pelo trato como mentalmente infantis, como se vivessem na natureza, movidos apenas por instintos primitivos e incapazes de plenitude cultural.

Dito de outra maneira, este estudo pode contribuir com o processo de democratização racial, pois o autor citado, afirma que “Falar de índios nas escolas é criar a consciência sobre o desvio que a nossa civilização brasileira fez em direção ao declínio moral (...)” (SOUZA, 2012, p. 20), além de colaborar com a educação e a pluralidade étnico racial.

Os Guarani, Kaingáng e Xokleng definiram seus territórios a partir de outros limites, que em nada lembra a geografia catarinense contemporânea. Essas definições têm como referência a relação que cada povo estabeleceu com o meio e a inter-relação entre eles. Suas dimensões variam de acordo com cada grupo, assim, o território Guarani compreende as terras baixas, desde o litoral até a bacia do Paraná-Paraguai; o território Kaingáng compreende as terras altas, desde o interior do estado de São Paulo até o centro norte do estado do Rio Grande do Sul; o território Xokleng compreende a região intermediária, do planalto ao litoral e do Paraná ao Rio Grande do Sul. Evidências arqueológicas indicam que os Kaingáng e Xokleng teriam ocupado primeiro o estado com posterior ocupação Guarani. (...) (NÖTZOLD; ROSA; BRINGMANN, 2012, p. 37-38).

Além da limitação territorial, os Kaingáng e Xokleng se distinguem pela forma mais violenta de defesa usada pelos segundos. Estamos em dívida com a historiografia de etnias consideradas marginalizadas como os afro-brasileiros e os indígenas, porém, a cada leitura e descoberta, possibilita-se entender melhor o que é ser brasileiro. Diante deste contexto, esta pesquisa oferece indicações de literaturas, apontamentos de autores, que trazem contribuições em diferentes aspectos nos processos de construção do conhecimento e nas práticas sociais que visam à questão indígena e sua abordagem, colaborando assim com a implementação da Lei 11.645/08, que trata do ensino da história e cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena.

Na busca em desvelar como se deu a presença dos primeiros povos indígenas nas terras que viriam a ser o município de Lages, de como a literatura trata do tema na atualidade e entendendo que apesar da escassez de fontes produzidas pelos próprios indígenas, a História pode e deve analisar documentos escritos por aqueles que tiveram contato, de forma direta ou indireta com esses sujeitos. Devemos tentar mudar os estereótipos negativos referentes às populações indígenas que, durante muito tempo, foram invisibilizadas pela historiografia brasileira e catarinense. Segundo Freitas (2010), conforme citado por Medeiros (2012, p. 50-51):

(...) é importante estudar os povos indígenas porque os não índios têm o direito de conhecer a diversidade e de saber que os seus modos de viver e pensar não são os únicos possíveis, os principais ou os mais adequados e de que as pessoas são diferentes. O mundo é plural e a cultura é diversa (FREITAS, 2010). Assim como os índios, os não indígenas também têm o direito de conhecer o seu passado a partir da oportunidade de estudar a história de seu território e de uma ancestralidade ameríndia ou geralmente não é sequer reconhecida. (...)

A história dos índios no Brasil até a década de 1980 se restringia a narrativa de sua extinção ou desaparecimento. Segundo John Monteiro (2001), há duas principais dificuldades da inserção do indígena como ator da sua história: “a ausência de fontes produzidas pelos próprios índios e a resistência dos historiadores em relação à temática, por considerarem-na da área de Antropologia, especialmente do método da etnografia”.

A partir do final da década de 1970, começaram a surgir novos estudos concebendo os índios como sujeitos históricos, com a reconfiguração dos seus direitos, sobretudo em relação a terra. Tal perspectiva procura evidenciar a historicidade de tais populações, demonstrando-as como protagonistas, com experiências culturais, sociais e objetivos próprios, negando a noção de cultura estática. Entretanto, como é possível dar vozes às populações ágrafas?

Devemos partir de duas perspectivas de análise: através da arqueologia e de novos estudos historiográficos. Segundo Ana Herberts (2009, p.39), estas duas ciências “trabalham com objetos de

pesquisa parciais e fragmentados de um tempo e um espaço. Ambas divergem pelo tipo de fontes que estudam e os recursos que utilizam”. Contudo, afirma que elas são complementares, visto que uma pode suprir as limitações da outra (tanto em fontes como possibilidades teórico-metodológicas), colaborando para o entendimento de processos e fatos históricos.

Antes da chegada dos europeus no território, que posteriormente foi denominado de Santa Catarina, não há registro escrito sobre populações indígenas que habitavam nesse local. É necessário, portanto, recorrermos a vestígios do passado, inscrições rupestres, por exemplo, que nos possibilitam compreender tais populações. Aqui está o papel da arqueologia: a interpretação dos vestígios. Estas fontes podem ser também utensílios domésticos, instrumentos, urnas funerárias, ossos, restos de fogueira, ruínas, fragmentos de cerâmica, entre vários outros objetos que não se perderam com o passar do tempo.

O historiador Rodrigo Lavina (2004) tem experiência na área de arqueologia e nos explica a importância do trabalho em conjunto desta ciência com a história para compreendermos as populações indígenas. Em seu texto ele aborda questões acerca da tradição Tupi-guarani, nome dado à cultura ceramista com características próprias, que se encontram espalhadas pela América do Sul. A pesquisa arqueológica acerca desta temática iniciou-se na década de 1950. A partir de interpretação dos sítios arqueológicos, foi possível traçar algumas características das populações Tupi-guarani em Santa Catarina: o uso da cerâmica, a presença da indústria lítica, o cultivo da floresta tropical, o enterro de seus mortos em urnas funerárias e a instalação de aldeias em lugares onde havia água em abundância. Essa procura se estendia às terras boas para a agricultura e rios navegáveis em que praticavam a caça e a pesca de espécies marinhas e de água doce.

O que se deve propor é uma mudança de olhar em relação aos povos indígenas, do Planalto Serrano. Por outro lado, tanto na pesquisa quanto no ambiente acadêmico, o ensino desta temática ainda tem pouco espaço nos currículos escolares. No livro Povos Indígenas & Educação, citando Kern (1991), Ana Elisa de Castro Freitas (2012, p. 65) nos esclarece:

Registros arqueológicos indicam que os ecossistemas do que chamamos Região Sul do Brasil são ocupados e manejados por populações humanas há pelo menos 10.000 anos (KERN, 1991). Casas subterrâneas e túmulos circulares são vestígios associados aos antecedentes dos kaingang que, com os Xokleng, compõem o grupo dos jê-meridionais. Guerreiros, caçadores e coletores, ceramistas, pequenos cultivadores, arquitetos excepcionais, os jê-meridionais possuem seus territórios associados ao Bioma Mata Atlântica e, em seu contexto, preferencialmente a zonas de encontro entre Floresta Ombrófila Mista (floresta com araucária) e ecossistemas campestres.

A época do Brasil colonial trouxe mistérios e fantasias relacionadas aos habitantes das matas. A falta de conhecimento ajudou a espalhar o medo e a inferiorização das tecnologias já utilizadas por

estes povos coletores e caçadores, como Santos (1973, p. 30, apud BRÜGGEMANN, 2008, p. 72) nos conta a seguir:

A presença de grupos indígenas desconhecidos no interior da capitania contribuía muito para essa caracterização do sertão. Até o final do século XIX, as referências a respeito dessas populações eram pouco precisas. Sabe-se que eram grupos de índios Xokleng que habitavam aquelas matas e vales do sertão de Santa Catarina. “Eram conhecidos também pelas denominações Bugre, Botocudo, Aweikoma, Xokrén e Kaingang.”

Os campos serranos possuem as temperaturas, na maior parte do ano, baixas e o alimento abundante era o pinhão.

É importante considerar que os povos indígenas da região serrana habitavam um território que ultrapassava os limites geográficos hoje estabelecidos:

Os Guarani, Kaingáng e Xokleng definiram seus territórios a partir de outros limites, que em nada lembra a geografia catarinense contemporânea. Essas definições têm como referência a relação que cada povo estabeleceu com o meio e a inter-relação entre eles. Suas dimensões variam de acordo com cada grupo, assim, o território Guarani compreende as terras baixas, desde o litoral até a bacia do Paraná-Paraguai; o território Kaingáng compreende as terras altas, desde o interior do estado de São Paulo até o centro norte do estado do Rio Grande do Sul; o território Xokleng compreende a região intermediária, do planalto ao litoral e do Paraná ao Rio Grande do Sul. Evidências arqueológicas indicam que os Kaingáng e Xokleng teriam ocupado primeiro o estado com posterior ocupação Guarani. (...) (NÖTZOLD; ROSA; BRINGMANN, 2012, p. 37-38).

Além da limitação territorial, os Kaingáng e Xokleng se distinguiram pela forma mais violenta de defesa usada pelos segundos. Abaixo, uma tabela que evidencia a evolução do quadro populacional indígena em Santa Catarina:

	1951	1988	1998	2008	2012
Guarani	s/d	500	414	1.250	1.657
Kaingang	950	3.000	4.286	5.795	6.543
Xokleng	290	1.200	1.480	1.884	2.169
Total	1.240	4.700	6.180	8.929	10.369

Fonte: NOTZOLD, ROSA, BRINGMANN; 2012, p. 40

É importante saber como nossos ancestrais indígenas se protegiam do frio e como enterravam seus mortos. Segundo Santos (1973, p. 32-33, apud BRÜGGEMANN, 2008, p. 72):

(...) cada tribo era composta por cinquenta ou até trezentos indivíduos, que dependiam totalmente da caça e da coleta, por isso, precisavam ocupar vasto território. Essas populações possuíam características de grupos indígenas nômades e percorriam largas áreas (tanto para caça e coleta quanto para o reconhecimento de novas áreas e obtenção de matéria-prima para a confecção de seus artefatos). (...)

Também Rodrigo Lavina (1999, p. 79, apud BRÜGGEMANN, 2008, p. 72): entende que os Xokleng “viviam da caça e da coleta de frutas, mel e pinhão. Este regime de subsistência os condicionava a um constante deslocamento pendular entre as áreas próximas do litoral, no verão, e as bordas dos pinheirais do planalto, durante o outono”. A Típica arquitetura indígena, devido à geografia e ao clima serrano apresenta resquícios de vários buracos encontrados na região de São José do Cerrito, que serviram de moradia para os Xoklengs.

Uma característica evidenciada na arqueologia, atribuída às tradições Taquara e Itararé relativa aos ‘Jê do Sul’, Kaingáng e Xokleng, são as estruturas subterrâneas, ou casa com estrutura de piso rebaixado, também conhecidas pejorativamente como ‘buracos de bugre. (REIS, 2011, p. 49).

As mulheres fabricavam cerâmica e roupas com folhas de plantas trançadas, guardavam pinhão colhido no inverno para congelar dentro dos rios e nas sangas para consumir durante o restante do ano. Os homens faziam grandes formas côncavas na terra, uma do lado da outra e cobriam com arbustos. Assim, abrigavam-se do frio e tal qual ao cotidiano das ocas de lugares quentes das demais regiões brasileiras, nossos indígenas viviam em comunidade.

No interior ou nas proximidades das estruturas subterrâneas pesquisados no sul do Brasil foi constatada a presença de material lítico e cerâmico, ambos classificados em todos os sítios como pertencentes a uma das três tradições arqueológicas que, como foi dito, foram identificadas com o material produzido historicamente pelos Jê do Sul. (Ibid, 2011, p. 14).

Ficaram apenas os resquícios da passagem dos Xoklengs pela Serra, a ancestralidade dos lageanos e demais localidades do Planalto trazem certamente o sangue indígena nas veias. A migração por sobrevivência, longe dos bugreiros, levou as famílias indígenas para outras terras.

Os Xokleng em Santa Catarina somam 2.169 pessoas distribuídas em duas Terras Indígenas- TI Ibirama Laklãnõ (localizada em José Boiteux, Vitor Meireles, Dr. Pedrinho e Itaiópolis) e TI Rio dos Pardos (localizada em Porto União). Até recentemente acreditava-se que esse povo estava localizado somente em Santa Catarina, porém nos últimos anos diversas famílias se declararam Xokleng e estão reivindicando terras no RS. O território histórico do grupo se estende desde Curitiba/PR a Porto Alegre/RS. Na TI Rio dos Pardos vivem apenas 16 pessoas, ao passo que em Ibirama Laklãnõ a população soma 2.153 indivíduos. (REIS, 2011, p. 55-56)

Atualmente encontramos representantes Kaingang na cidade de Chapecó, conforme Rogério Reus Gonçalves da Rosa (2012).

Em suas pesquisas, relata que hoje em dia, tanto nos postos indígenas quanto nas cidades, a maioria das crianças kaingang estuda em escolas indígenas ou em escolas públicas municipais ou estaduais (ROSA, 2012, p. 92). As famílias indígenas como qualquer brasileiro de classe média ou baixa, buscam formas de sobrevivência e mobilidade social pela educação.

Hoje, os Xokleng e os Kaingang não conseguem mais obter da natureza o seu sustento, tendo que buscar fora de suas terras indígenas, meios para sobreviver. Muitas vezes sobem a Serra, aparecem aqui esporadicamente para vender artesanato. São catarinenses dignos de estudo e respeito por seus mitos, religiosidade e cultura.

Cada vez mais, os jovens kaingang que passam pelo Ensino Médio chegam a uma universidade. (...) Depois de formados, esses jovens se dedicam a trabalhar pelo bem-estar de seus parentes em escolas indígenas, postos de saúde, lideranças políticas, FUNAI, organizações não governamentais (ONGs). (ROSA, 2012, p. 92)

Na busca de fontes referentes ao assunto abordado para ampliar o ensino desta temática nas escolas, encontramos o conceito da genealogia, sendo um estudo que ajuda na pesquisa sobre nossas raízes e nossos antepassados. Pois grande parte dos indivíduos sentem necessidade de conhecer suas origens. Segundo ALVES (2002, p. 09) “em princípio, a maioria das pessoas procura construir uma árvore da família, quando muito, chegando a cinco ou seis gerações atrás”.

O mesmo autor completa, podemos “dizer que somos descendentes de índios e que nosso sangue está presente na família há mais de 500 anos no Brasil!” (ALVES, 2002, p.10). Mesmo assim ainda encontramos forte racismo e preconceito em nosso país, apesar da grande miscigenação entre os povos

européus, negros e indígenas. Seguindo a abordagem da influencia indígena na Serra Catarinense, os campos de Lages se desenvolveram com a mão de obra das famílias caboclas remanescentes desta miscigenação, entre indígenas e negros principalmente.

Embora a discussão sobre racismo faça parte de um outro debate, e sabemos que existe, a união carnal entre brancos, africanos e índios superou em muitos casos as ideias de seleção política ou branqueamento. A paixão e o amor que une os casais, oficialmente ou não, construíram uma nova família serrana, como de resto em todo o Brasil. (ALVES, 2002, p. 30)

O cruzamento étnico e racial transformou a geografia do lugar, formou casais de vida simples, uniões que constituíram famílias de agricultores capatazes, construtores de taipas, domadores, benzedeiros, entre outros ofícios herdados destes povos e utilizados nas fazendas.

1.1 A brutalidade dos bugreiros

O predomínio étnico do colonizador no planalto Serrano foi moldado com a violência de grupos de homens que eram contratados para matar bugres, os “bugreiros” obtiveram êxito na extinção dos indígenas na Serra Catarinense.

A matança que perseguia os índios dizimou milhares de silvícolas no sul do país, se hoje não encontramos nenhum assentamento indígena constatado no Planalto Serrano, deve-se ao extermínio do passado. Os bugres, nas palavras do historiador lageano Licurgo Costa (1982, p. 04):

A região serrana catarinense, da qual Lages sempre foi o núcleo principal, os indígenas eram chamados de bugres, índios, selvagens, botocudos, silvícolas, gentios, etc., mas a designação genérica era a de “Bugre”, sem qualquer conotação com raça ou família. Bugre era, como ainda é, na região dos Campos de Lages, qualquer silvícola.

A região serrana possui um rio denominado “Caveiras”, o julgo popular acredita ser devido ao grande número de ossadas humanas que ali foram lançadas.

Existiram bandeirantes caçando índios nos sertões perdidos do território nacional nos primeiros séculos da nossa história oficial, “bugreiros” exterminando tribos que atrapalhavam os projetos de colonização e imigração. (...) (ALVES, 2002, p. 41)

Definindo os bugreiros, Nötzold e Rosa (2011, p. 20) comentam:

Bugreiros eram grupos sertanejos armados, contratados por colonos, madeireiros ou pelo próprio Estado para caçar os indígenas realizando emboscadas e matando os que ali viviam. Além de exterminar os indígenas, esses grupos capturavam mulheres e crianças para serem encaminhadas à adoção. Seus serviços eram respeitados, e no interior eram vistos como heróis que defendiam o colono da “ameaça selvagem”. Esta visão eurocentrista da sociedade não-indígena desconsiderava o fato de que o território brasileiro já era ocupado por diversos povos antes da colonização, a grande ameaça para essas etnias a própria presença do “homem branco” em seu território.

A apropriação das riquezas naturais e culturais engrandeciam coronéis, fortaleciam o machismo, as oligarquias, preenchiam os campos com a criação de gado e transformava a vila em cidade. Lages tem como um de seus pontos turísticos o parque Jonas Ramos, local que guarda a lenda da Serpente do tanque, associada aos índios, também chamados de bugres, e ao invés de uma lavadeira negra, cita que fora molestada por um índio, uma mulher branca. COSTA (1982, p. 53), relata que nos primórdios da vila, o continente das Lagens.

Desde o início do empreendimento, quando eram assentadas as bases de sua vida cotidiana, surgira um problema: os ataques dos bugres, que cada vez se tornavam mais audaciosos, penetrando, frequentemente, à noite, até o centro do povoado. Durante o dia, quando as mulheres, em geral escravas, iam lavar roupa no Rio Cará, era comum virem eles molestá-las. Depois de algumas tentativas infrutíferas para afugentá-los, Correia Pinto mandou construir um grande açude, em lugar limpo, no descampado, onde elas pudessem trabalhar em paz. Este tanque ou lavadouro público ainda existe, um pouco desfigurado, no atual parque Jonas Ramos. (...)

Também encontramos afirmações negativas do convívio inter étnico, nos campos acima da serra, com a presença dos “botocudo, hostis e sanguinários. Eles por inúmeras vezes, atacaram tropeiros e povoadores mormente nas regiões de Lages, Curitibanos, Campos Novos e ao sul do Rio Negro, de um modo geral, até 1910 ou 1920, aproximadamente.” (EHLKE,1973,p.37). Como defesa e estratégia de limpeza étnica, os bandeirantes, desbravadores sim, mas desumanos também, apostavam nas diferentes formas de destruir famílias indígenas. De acordo com a citação seguinte, “Outra prática tomada como positiva e eficaz para efetivar o branqueamento, era a captura de crianças indígenas por bugreiros e entrega para adoção a famílias não indígenas”. (SAINT-HILAIRE, 1978,p. 41)

A ideia eurocêntrica de “descobrimento” toma outro sentido no olhar dos donos da terra, para os milhares de indígenas que já habitavam o Brasil em 1500 a palavra certa é invasão. E a perseguição a estes grupos prosseguiu por muitos anos. Ainda sobre o passado e a violência dos bugreiros com os indígenas locais, destaca-se:

Os audazes tropeiros pagavam, às vezes, caro tributo ao seu destemor, utilizando-se por isso, mais tarde, de “bugreiros”, pessoas hábeis no afugentamento ou combate aos mencionados “bugres”. Destes, os que costumavam assediar e atacar os viandantes, mais costumeiramente, alguns passaram a ter nomes característicos, que

lhes foram dados pelos “bugreiros”, consoante colhido pelo autor na tradição oral, no município de Papanduva. Os “bugreiros” na calada da noite, penetravam a floresta em bandos armados, a surpreender os aldeamentos indígenas. O sangue corria com abundância, porque a destruição era o objetivo único dessas estradas. (EHLKE, 1973, p. 38)

Naquele tempo acarnificina cometida era devidamente perdoada por Deus através de sua Igreja. (MUNDURUKU, 2012, p. 27). Pois segundo o autor, os colonizadores diziam que índio era um ser sem alma. Depois veio a catequização, o doutrinamento e a exclusão de direitos culturais, as doenças infecciosas. Ainda assim, muitos povos indígenas resistiram a um processo violento de sobrevivência. Conforme já mencionamos, entre as etnias predominantes do Planalto Serrano destacam-se os Kaingangs, Sergio Baptista da Silva (2012, p. 76) afirma:

(...) Atualmente as aldeias kaingang estão localizadas nos quatro estados mais ao Sul do Brasil (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), principalmente em áreas de florestas om pinheiros e de campos do Planalto Sul-Brasileiro, mas, também, contíguas ou dentro dos espaços metropolitanos das grandes cidades. (...) Culturalmente, os kaingang estão vinculados às sociedades jê-bororo, especialmente aos jê setentrionais entrais: Akwén, Apinayé, Kayapó, Kren-Akarore, Suyá e Timbira. (...)

Vivemos um tempo de descobertas e direitos iguais, não é difícil perceber o quanto os grupos indígenas perseguidos tiveram que lutar para sobreviver ao armamento do homem branco, ainda hoje o fazem para ter o reconhecimento e a terra para habitar. Mudaram os algozes: dos jesuítas e cortes europeias para os políticos corruptos e o agronegócio.

(...) os atributos negativos dos índios eram, em geral, agravados pelo revoltante comportamento do branco em relação a eles, preando-os onde era possível, para vende-los como escravos em S. Paulo, no Nordeste e até exportando-os para Portugal, sempre para usá-los nos trabalhos agrícolas. Ajunte-se a isto a conquista das terras além da faixa marítima – que pouco a pouco foi empurrando o silvícola para fora do seu “habitat”, palmilhado de longa data por ele, para obter sua alimentação – caça, pinhão, frutos nativos, raízes – e chegar-se-á à conclusão de que, para o índio, o branco representava um inimigo, com o qual não era possível transigir e contra o qual era preciso reagir com violência. Vendo o que acontecia com seus irmãos de raça, presos e levados para nunca mais voltarem, ou mortos barbaramente, é de se imaginar que mesmo aqueles atraídos pelas reduções ou por famílias que desejavam integrá-los no meio dos brancos, vivessem em estado de permanente desconfiança e ressentimento. (COSTA, 1982, p. 07)

No livro Povos Indígenas & Educação, Ribeiro (1977, p. 14, apud BERGAMASCHI; ZEN; XAVIER, 2012, p. 08) afirma que o indígena foi submetido a um processo que o força constantemente a “transformar radicalmente seu perfil cultural (...) transfigurando sua indianidade, mas persistindo como índio”.

Para Nötzold e Rosa (2011, p. 12), os ancestrais do povo Kaingang seguiam as seguintes estratégias de sobrevivência:

Os arqueólogos acreditam que há pelo menos 3.000 anos, os planaltos do sul foram povoados por migrações vindas provavelmente das regiões do planalto central brasileiro. Esses ancestrais dos Kaingáng escolheram, principalmente, áreas que contêm rios e lagoas, próximas às regiões de araucárias, que garantiam o pinhão e também a caça de animais pequenos e grandes, como o tatu e a tartaruga, sendo esses três itens a base de sua dieta. Nessas regiões, eles também tinham acesso a diversos tipos de matéria-prima, como: pedras, madeira, ossos, que eram transformados por eles em ferramentas de uso cotidiano.

E complementa:

As primeiras habitações desse povo eram a céu aberto, sob a proteção de pedras ou em abrigos subterrâneos. Na região que depois se denominou Santa Catarina, eles ocupavam espaços que se espalhavam pelo planalto, onde homens, mulheres e crianças dormiam juntos sobre ramos ou peles de animais. (NÖTZOLD; ROSA, 2011, p. 15)

Ao fazer este mapeamento sobre as relações étnicas no passado local, constatamos que o estado catarinense cultivou a teoria do branqueamento. Durante a vigência do regime tutelar e da perspectiva da incorporação dos silvícolas à comunhão nacional, o ‘branqueamento’ era uma condição importante, remontando ao século XIX, nos debates do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (...) (AZEVEDO, 2012, p. 41). Os governantes diziam serem índios e negros os culpados pelo atraso do país, acreditavam ter esses povos menos inteligência que os brancos. Assim, desenvolveu-se a exclusão e o abandono a própria sorte desta gente por vários governos apoiados pela política de imigração europeia.

(...) Essa expansão econômica do período imperial levou à redução considerável dos territórios indígenas, pois o espaço que anteriormente era indígena passou a ser habitado pelos colonos. É nesse momento que, no sul do Brasil, as políticas de concentração dos indígenas em apenas um lugar – os chamados aldeamentos – se intensificaram, liberando espaço para a colonização, estabelecendo um novo modo de vida aos indígenas. (NÖTZOLD; ROSA, 2011, p. 15)

Este contexto é de suma importância, pois nos faz entender porque a cultura, a história indígena e a memória devem ser trabalhadas em favor do respeito e do reconhecimento valorativo de cada etnia na construção da democracia curricular. O extermínio, a miscigenação forçada pela política de branqueamento são violências do passado histórico na contemporaneidade a violência persiste quando não se aceita a legitimação de terras e a conservação da cultura indígena.

A população indígena em Santa Catarina é também resultado desse processo de miscigenação forçada. Ao nos depararmos com contextos de comunidades que

perderam a língua materna e se mesclaram com a população local, devemos ter em mente a intencionalidade do Estado brasileiro em fazer com que esse processo ocorresse. Ele não se efetivou de maneira natural ou por livre vontade dos indígenas. (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 41)

Afinal, negamos-lhes o direito da participação social, escondendo sua identidade nas matas, reduzindo suas terras, invisibilizando sua história. Silioni, Gomes e Ferreira (2012, p. 174) completam que “mesmo sem nos darmos conta, nos apropriamos e incorporamos certos aspectos da cultura indígena sem saber sua origem específica. Isso aponta para as marcas indígenas em nossa constituição como povo brasileiro” e para as dificuldades que este povo dito minoria continua a enfrentar. Minoria enquanto expressão política, porque a parcela representativa das comunidades indígenas são bem significativas. Os Kaingáng, por exemplo, “compõem a maior população indígena no sul do Brasil, com mais 60 mil pessoas.” (p. 47)

Do ponto de vista Ana Maria de Barros Petersen, Maria Aparecida Bergamaschi e Simone Valdete dos Santos (2012, p. 190), cada povo indígena tem seu modo particular de viver e as escolas por vezes não só generalizam como confundem o indígena brasileiro com as representações do cinema americano.

(...) A respeito, especificamente, do Dia do Índio, na maioria das vezes, crianças têm seus rostos pintados e usam cocares, entoam ridículos “uuuus...”, sem qualquer reflexão sobre o indígena da vida real que vive em áreas demarcadas, na beira das estradas, vendendo artesanato. (...) (PETERSEN; BERGAMASCHI; SANTOS, 2012, p. 191)

De qualquer maneira, não obstante o alto percentual da falta conhecimento sobre a diversidade étnico-racial brasileira é possível identificar o despertar de uma consciência jovem voltada para a diversidade cultural. Para uma educação das relações raciais “é preciso levar em conta a diversidade que se expressa no diálogo interpessoal em sala de aula e na troca de experiências em que são comunicados valores, crenças, aptidões e comportamentos. (NÖTZOLD; ROSA; BRINGMANN. 2012 p. 16). Observa-se que os futuros profissionais buscam viver a diversidade em todos os seus paradigmas. Conforme Petersen, Bergamaschi e Santos (2012, p. 194) “As pessoas das aldeias, tanto os kaingang quanto os guarani, gostam de mostrar o seu modo de ser, porque é uma forma de contribuir para dirimir as incompreensões dos não índios sobre o seu modo de existir”. A medida que as oportunidades são oferecidas aos estudantes em geral, sua etnia só contribui para reflexão dos diferentes modos de viver em sociedade, de serem reconhecidos e respeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa destacam que somente com um bom trabalho em todos os níveis do ambiente escolar e ensino superior, será possível reverter o atual quadro de preconceito e desinformação, que ainda impedem o diálogo amplo com os povos indígenas no Brasil. Visamos não somente levar a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas também a conviver com elas de forma positiva. Assim, procuramos mudar o olhar quanto à situação indígena catarinense, para tentar reverter o quadro de exclusão que se apresenta na realidade educacional brasileira.

O material produzido contribui para o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, de acordo com a Lei 11.645 de 2008. A pesquisa estará direcionando os profissionais da educação a adoção de políticas igualitárias na grade curricular quanto aos conhecimentos dos grupos indígenas serranos.

O Núcleo de Estudos Afro Brasileiros (NEAB/UNIPLAC), segue as orientações do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais. Ciente que o comprometimento deste estudo com a temática indígena, servirá de apoio didático e ajudará na luta contra discriminações, permitindo desse modo, o reconhecimento da cultura nacional formada pelas três primeiras matrizes étnicas, na mesma proporção. Ao término desta pesquisa, salientamos a preocupação dos livros e artigos utilizados em conduzir conceitos de historiografia e educação para a reeducação das relações sociais e os povos indígenas. A partir das leituras evidenciamos que as etnias Xocling e Kaingang tinham tecnologia de construção, armazenamento de alimentos, acreditavam nos mitos da floresta e sua extinção no Planalto Serrano deve-se aos bugreiros. Um currículo democrático e o conhecimento da história e cultura de todas as etnias, são condições indispensáveis para uma educação de qualidade para todos, para a existência do respeito acima da tolerância. Buscando desta maneira, garantir a participação dos educadores com os processos de controle social e de políticas públicas relacionadas com a Educação Étnico-racial.

Queremos também, salientar neste artigo, a importância da preservação das matas para os grupos indígenas perpetuarem sua cultura e tradições. Sem deixar, contudo, de chamar a atenção do espaço urbano, para a existência de ações afirmativas, a fim de oportunizar condições de vida digna para que essas comunidades tenham acesso a educação e aos bens capitalistas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Antônio. **O Povo Serrano, tema de palestras**. Porto Alegre: Est Edições, 2002.

AZEVEDO, Marta Maria. Diagnóstico da população indígena no Brasil. In: Revista Ciência e Cultura. Vol. 60 n°4. São Paulo, out.2008. In: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400010. Acessado em 10 de junho de 2012.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral**: a abertura de um caminho entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII. Florianópolis: Ed. da UFSC Ed, 2008.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982 (v. 01).

Diocese de Lages. **DIRETRIZES DA AÇÃO EVANGELIZADORA**. 2015-2021

EHLKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

FREITAS, Ana Elisa de Castro. Territórios ameríndios: espaços de vida nativa no Brasil meridional. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

HERBERTS, Ana Lucia. **Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. Tese de doutorado em História.

LAVINA, Rodrigo. Antes dos carijó – a tradição tupi-guarani em Santa Catarina vista pela arqueologia. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M. F. (Orgs.). **História de Santa Catarina. Séculos XVI a XIX**. Florianópolis: UFSC, 2004, p. 15-25.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas e a lei nº. 11.645: (in)visibilidade no ensaio da história do Brasil. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MONTEIRO, John M. Tupis. **Tapuias e Historiadores – Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Campinas, 2001. Tese de Livre Docência na área de Etnologia.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini (Orgs.). **História e Cultura Kaingáng**: Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê. Livro 2, ed. 1. Florianópolis: Pandion, 2011.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. **Etnohistória, história indígena e educação**: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012

PETERSEN, Ana Maria de Barros; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SANTOS, Simone Valdete dos Santos. Semana Indígena: ações e reflexões interculturais na formação de professores. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

REIS, Maria J. **Parecer sobre sítios arqueológicos localizados no “Parque Floresta Renê Frey. (Fraiburgo/SC)**. Florianópolis/SC: Mimeo, 2011.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves da. Uma ponte pênsil sobre o oceano: a contribuição do pensamento mitológico kaingang para a humanidade. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e a província de Santa Catarina**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. Da USP, 1978.

SILIONI, Gabriela Bonneau; GOMES, Luana Barth; FERREIRA, Priscila. Literatura infanto-juvenil e a temática indígena: possibilidades na escola. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SILVA, Sergio Baptista da. Contato interétnico e dinâmica sociocultural: os casos Guarani e Kaingang. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Reconhecimento oficial da autonomia e da sabedoria dos agentes originários e reorientação do projeto (inter)nacional brasileiro. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). **Povos indígenas & educação**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.